



DOS CAMINHOS DA CRÍTICA CULTURAL: UMA BREVE ABORDAGEM

VITÓRIA RODRIGUES PORTO *

A pesquisa acadêmica incentivada pela ditadura militar por meio da Reforma Universitária de 1968, como continuidade de iniciativas da década de 1950 com a criação da CAPES e do CNPq, por exemplo, foi parte de um processo de modernização que buscava atender às exigências de um país em expansão industrial. A necessidade de formação de profissionais especializados levou à institucionalização dos cursos de pós-graduação e ao fortalecimento da articulação entre ensino e pesquisa. Nesse contexto, a área de Letras foi significativamente impactada: a ascensão da disciplina de Teoria Literária e Literatura Comparada, introduzida em 1961 por iniciativa de Antonio Candido – na época assistente de Sociologia –, encontrou terreno fértil com a flexibilização curricular e com a ampliação das ofertas de disciplinas e vagas. O primeiro curso de pós-graduação em Letras, credenciado conforme as novas diretrizes, foi o da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1970. A reforma também promoveu a desagregação das antigas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, rompendo com o modelo universitário humboldtiano que privilegiava a convivência enciclopédica entre as áreas do saber, e estabelecendo novos contornos para o ensino das humanidades no país (Neves, 2017).

A tensão entre a aceitação da condição periférica e subdesenvolvida do Brasil e a resistência que move a busca por afirmação cultural diante de tradições consideradas hegemônicas levanta uma pergunta que atravessa o pensamento intelectual latino-americano: por que a dependência cultural ainda persiste como questão central? O debate em torno dessa dependência, atravessado por diferentes concepções e abordagens teóricas, apresenta certo descompasso que merece atenção, sobretudo quando se observa o percurso da crítica literária brasileira e sua inserção institucional. A consolidação dos Estudos Culturais e literários no Brasil, especialmente a partir da Reforma Universitária de 1968, reflete não apenas um esforço de modernização acadêmica, mas também as disputas em torno da legitimidade dos saberes produzidos em contextos periféricos. É nesse cenário que se destacam duas perspectivas notáveis, embora distintas, sobre a relação entre literatura, cultura e subdesenvolvimento: a de Antonio Candido e a de Silviano Santiago, cujas formulações permitem pensar os impasses e avanços do pensamento crítico brasileiro frente às heranças coloniais e às exigências de uma cultura globalizada.

Quando pensada a Literatura Comparada atualmente, deve ser levado em conta a experiência interdisciplinar e humanista das Faculdades de Filosofia e Letras, uma vez que o espaço de difusão de conhecimento dessas áreas acontecia no mesmo prédio. Candido afirmara no 1º Congresso da Abralic em Porto Alegre que “estudar literatura brasileira é estudar Literatura Comparada”, reforçando a existência de uma tradição comparativista espontânea e informal, de mesma extensão à atividade crítica no Brasil, levando-se em conta a necessidade de se pensar nacionalmente a literatura pelo viés do olhar estrangeiro. Levar isso em consideração é importante para valorizar essas primeiras reflexões sobre o estudo brasileiro de Literatura Comparada para ter noção da dimensão do avanço atingido atualmente.

A partir dos anos de 1970 houve uma mudança nos estudos literários contemporâneos em decorrência dos novos paradigmas teóricos e das mudanças em relação ao lugar e à função do literário, especialmente no tocante

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (2026). Bacharela e Licenciada em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas também pela UFSC (2025), formada com mérito acadêmico. Tem experiência em pesquisa como bolsista de iniciação científica em Sintaxe e Ensino e em Linguística e Ensino. Desenvolveu voluntariamente uma pesquisa na área de Teoria Literária relacionando o Literatura e a Ditadura Militar de 1964 a partir da análise do livro *A Festa*, de Ivan Ângelo, que culminou em seu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Montar a festa, jogar com a palavra: *A Festa*, de Ivan Ângelo”. É membro da Antropofagia Brasileira de Lutas XXI e do Grupo de Estudos em Literatura e Modernidade (GELMo). Tem interesse em Literatura, Teoria Literária, Literatura Brasileira e Educação Básica.

ao tratamento dado a ele nas instituições universitárias. No entanto, não se trata de discutir as alternâncias do lugar da literatura na vida social, mas sim do que há na literatura enquanto saber institucionalizado, enquanto discurso sobre a literatura. Tais mudanças dizem respeito ao enfraquecimento das fronteiras das disciplinas e consequente aumento da circulação de trocas disciplinares, e do questionamento dos lugares produtores do saber. A essa abertura teórica ainda se acrescenta a modificação do próprio lugar da literatura nos estudos literários, que, segundo Camargo (2003, p. 102), “deixa de ter um caráter auto-suficiente, substancialista, e um valor naturalizado, em benefício tanto de sua contextualização quanto do alargamento de seu campo de abrangência”.

Nesta altura, há a expansão da relação entre literaturas nacionais e estrangeiras, com o intuito de compreender mais profundamente o processo interdisciplinar que orientava os currículos acadêmicos das ciências humanas. Sustentado por um instrumental mais sistematizado e pela vivência durante essa década (a separação das áreas, a divisão de domínios e a criação de fronteiras e portas entre as disciplinas) retoma-se, aos poucos, a prática da interdisciplinaridade. “A abertura do campo disciplinário autorizou o questionamento e a desconstrução do saber moderno, pautado por classificações hierárquicas, por seleções excludentes dos saberes considerados “menores”, além da desconfiança diante de rótulos disciplinares, dotados de rigor e estabilidade conceitual” (Souza, 2007, p. 150). Assim, embora a formação acadêmica tenha sido pautada por um longo período por tendências de cunho mais teórico e reflexivo, a perspectiva de análise da Literatura Comparada tem o mérito de ampliar essa visão. Ao trazer para o campo de discussão a pergunta sobre o lugar que ocupa na tradição da cultura nacional, que tem em si ideias e importações estrangeiras, a crítica comparativista procura se prover da heterogeneidade desse tecido cultural, e o espaço ocupado pela divulgação desses objetos importados no sistema institucional torna-se mais inteligível, graças à transitividade e à diluição dos objetos nativos. Com isso, estudar literatura passou a ter um panorama mais abrangente e cultural, sendo fruto, principalmente, da abertura política iniciada no final dos anos de 1970 (como o fim do AI-5 e o retorno de um número considerável de professores que se especializavam nas universidades norte-americanas e europeias, trazendo questões sobre o multiculturalismo em gênese), com interesse pela pesquisa de temas ligados às minorias, assim como o retorno de questões voltadas para a dependência cultural. A Literatura Comparada, então, foi se mesclando aos princípios e objetivos da Crítica Cultural, desde o momento em que se processa o seu revigoramento no Brasil, considerando-se o diálogo iniciado por pesquisadores nacionais com as pesquisas em desenvolvimento nos Estados Unidos.

À Crítica Cultural, a princípio, foi atribuída uma dimensão política na crítica literária; depois, a literatura

deixa de ser considerada um discurso único. Com a abordagem interdisciplinar, a literatura entra na lista das outras disciplinas e é analisada como um discurso entre outros, ainda que conserve sua especificidade. Mas é interessante notar que a linguagem do crítico literário atualmente se assemelha à do historiador, do antropólogo e do sociólogo, justamente por causa da utilização de um vocabulário teórico parecido. E tudo isso porque há o elo comum: a cultura (Souza, 2012).

No entanto, a insistência dos Estudos Culturais na defesa de uma especificidade na literatura no meio de outras manifestações culturais desencadeou certa desconfiança na crítica tradicional frente à prática interdisciplinar. Diante da desconstrução da hegemonia dos discursos causada pela relativização dos paradigmas teóricos, esta acusa aquela por uma suposta

neutralização valorativa do texto e pelo nivelamento da recepção, defendendo que os critérios de qualidade estariam sendo esquecidos em favor do consumo fácil do texto literário e da sujeição da obra ao gosto mediano do leitor, o que resultaria na posição igualmente condescendente da crítica cultural [...] (Souza, 2007, p. 78).

No entanto, a polêmica precisa de conhecimento teórico, principalmente aqueles que não aceitam o fato de os estudos literários estarem sujeitos a interpretações caleidoscópicas, em detrimento da análise dos princípios condutores da literatura. Iniciada de forma mais consistente com o estruturalismo, o recurso metodológico para o exercício interdisciplinar possibilitou à Teoria da Literatura a convivência com um instrumental analítico que tanto destacava o aspecto teórico das disciplinas quanto a potência narrativa e imagética de suas proposições.

Jacques Derrida, filósofo francês reconhecido como um dos mais influentes na tradição estruturalista e pós-estruturalista da filosofia ocidental contemporânea, deixou lições caras aos estudos literários com seu livro *A escritura e a diferença* (1967). Tendo desatado os nós que limitavam os campos disciplinares e tendo estabelecido a cooperação entre as esferas da arte, da literatura e da teoria, chegando à conclusão que nessa relação o processo não implica o fim da teoria ou da arte, mas a sua revitalização mútua, mostrou que as questões de cada campo do saber deveriam ser consideradas de modo dinâmico e em permanente movimento (ideia que desenvolve usando a imagem da bricolagem e do jogo), por estarem justamente os conceitos sem uma definição fixa e lugar teórico estabelecido. Assim, Derrida propõe a

desconstrução das verdades preestabelecidas e da noção de centro, a fim de relativizar os valores. Em vista disso, considerar que a função crítica da literatura é a de não constituir um lugar especificamente literário, mas deslocar todos os lugares teóricos e literários, é uma das maiores descobertas do filósofo. A desconstrução da verdade não deve ser vista nem com a literatura em geral, nem com uma forma de literatura ou algum acontecimento dentro da história da literatura, porque o deslocamento nunca ocupou um lugar numa escrita particular. Desse modo, como aponta Souza (2007, a relativização dos valores permitiu à Derrida criar uma esfera teórica relacional por excelência, o *entre*, em que os conceitos são utilizados *em relação*, sem vínculo com entidades substanciais.

Na crítica brasileira, Silviano Santiago irá produzir o conceito de *entre-lugar* da literatura latino-americana no ensaio intitulado “O entre-lugar do discurso latino-americano” (1971), reunido junto a outros escritos no seu famoso livro *Uma literatura nos trópicos* (1979), nos mesmos moldes teóricos de Derrida, com o intuito de refletir sobre o caráter paradoxal desse discurso, interpretando-o igualmente em termos relacionais e sem a marca de categorias identitárias limitantes. A lição de Jacques Derrida permitiu a Santiago alastrar o conceito relativo às relações interdisciplinares para o debate sobre as questões de dependência cultural, nas quais os textos das culturas hegemônicas não estariam representando valores totalizantes e autoritários, mas participando do diálogo crítico começado pela literatura dos países periféricos.

A discussão a respeito do problema da dependência cultural diante os países hegemônicos teve, na década de 1950, um tratamento mais sistematizado por parte dos intelectuais brasileiros, embora tenham sido mantidos alguns princípios defendidos em décadas anteriores. O estreito laço entre modernização e transculturação – que discute as relações existentes entre academia e identidade nacional, modernização e projeto político de homogeneização social, assim como a constituição de discursos contraculturais em sociedades neocoloniais, dependentes e marginalizadas –, “conduz a diferentes pontos de vista quanto ao tema da dependência, levando-se em conta ora o descompasso entre as ideias importadas e a sua atualização dos países periféricos, ora a aceitação do atraso como ardil para a aquisição dos empréstimos culturais” (Souza, 2007, p. 45).

Para Santiago, é a partir da perspectiva histórico-antropológica, ou seja, perspectiva econômica, social e política (também cultural), que se pode compreender a necessidade de um confronto do intelectual latino-americano com certas disciplinas do saber oriundas do pensamento europeu. Tais disciplinas, no entanto, guardam uma violenta taxa de etnocentrismo, que invalida, *a priori*, o rigor no raciocínio, a exigência na análise e a maestria na interpretação. O crítico acredita que a perspectiva correta para se estudar as literaturas

nacionais latino-americanas, sem dúvida, é a da Literatura Comparada. No entanto, caso ela se restrinja a uma apreciação da literatura com a europeia, tomando como base os princípios etnocêntricos, por exemplo, de fonte e influência da Literatura Comparada, apenas será insistido no lado dependente da literatura, nos aspectos repetitivos e redundantes. Nessa mesma linha, Silviano Santiago afirma que o pensamento que se quer dependente não surge só como uma reflexão sobre dados empíricos de uma nação, pois é e sempre foi também “uma ficção sob (e não sobre) a cultura ocupante. É sempre já uma apropriação elogiosa do produto da cultura dominante, produto este que hierarquiza, restringe e acaba sendo responsável pela visão etnocêntrica do criador ou historiador” (Santiago, 1982, p. 21).

Antonio Candido, mesmo que não tenha participado dos Estudos Culturais, é outra figura emblemática para pensar a questão das relações entre a cultura brasileira e a estrangeira, partindo-se do problema do subdesenvolvimento frente às forças capitalistas internacionais. Para Candido, a pouca consciência de atraso, no momento em que a noção de país novo prevalecia, chega ao fim com a Segunda Guerra Mundial, sendo substituída pela consciência do subdesenvolvimento, frente ao esforço de modernização do Brasil. Para que o país pudesse, então, participar do processo desenvolvimentista comandado pelo capitalismo internacional, era necessário pular etapas e se tornar integrante da cultura considerada mais forte.

Em relação a isso, Candido escreve o ensaio “Literatura e subdesenvolvimento” (1969) para um projeto da Unesco que tinha por objetivo fazer um mapeamento da produção latino-americana como uma tentativa de captação de sua especificidade diante do quadro de dependência política e cultural do continente (Cury, 2017). O ensaio discursa sobre a produção literária na América Latina, fazendo a correspondência entre essa produção, o atraso cultural e o subdesenvolvimento. Além disso, procura pensar a literatura em termos continentais, a partir do espaço latino-americano, o que teve uma importância política muito significativa. O crítico chama a atenção, no plano cultural e literário, para a unidade na diversidade como chave para a compreensão do continente latino-americano, caracterizando a literatura a partir da realidade do subdesenvolvimento e aborda as diferentes fases das literaturas da América Latina, ressaltando a problemática da dependência cultural como resultado do subdesenvolvimento. Como forma de superação da dependência e da consciência de ser uma nação subdesenvolvida, Candido confere regalia ao regionalismo do romance latino-americano, na sua vertente mais crítica e mais universalizante depois da década de 1930, tornando possível também uma postura mais independente em relação à influência da cultura europeia (Cury, 2017).

Antonio Candido aparenta estar dividido entre uma tradição europeia e a realidade brasileira reconhecida como “nação inferior”. Ele enxergava “[...] a produção literária brasileira como galho secundário da portuguesa, que, por sua vez, é arbusto de segunda ordem no jardim das Musas. [...]. Comparada às grandes, a nossa literatura é pobre e fraca. Mas é ela, não outra que nos exprime.” (Candido, 1989, p. 37 *apud* Souza, 2007, p. 48). Por outro lado, Silviano Santiago, ao adotar a noção de entre-lugar, subverteu antigas hierarquias e pôs a cultura brasileira em relação às demais, sem o assujeitamento a que estava relegada.

Apesar dos avanços institucionais e teóricos na consolidação dos Estudos Culturais e da Literatura Comparada no Brasil, o debate em torno da dependência cultural continua marcado por tensões não resolvidas. As posições de Candido e de Santiago evidenciam caminhos distintos: enquanto o primeiro reconhece o atraso como um dado a ser superado pela crítica e pelo regionalismo literário, o segundo propõe uma ruptura com as hierarquias consolidadas, enfatizando a potência crítica do entre-lugar e da mestiçagem cultural. Essas abordagens, embora díspares, convergem ao revelar os dilemas de uma produção intelectual que se constrói sob o peso das assimetrias globais. Nesse sentido, o impasse talvez ilumine algo mais profundo: não seria a dependência cultural, mas o desejo mal disfarçado de reconhecimento vindo do próprio centro, o verdadeiro desafio a ser enfrentado?

CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989. p. 140-162: Literatura e subdesenvolvimento.

CURY, Maria Zilda. Antonio Candido: três textos decisivos. Belo Horizonte: **O Eixo e a Roda**, v. 26, n. 1, p. 9-22, 2017.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1967.

NEVES, Jefferson Expedito Santos. **A crítica em devir**: uma análise da trajetória intelectual de Eneida Maria de Souza. Dissertação. Salvador: 2017.

SANTIAGO, Silviano. **Vale quanto pesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Eneida Maria de. **Crítica cult**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

SOUZA, Eneida Maria de. **Tempo de pós-crítica**. São Paulo: Veredas e Cenários, 2007.